



CGU

Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ-PB

Exercício 2020

18 de junho de 2021

Controladoria-Geral da União - CGU
Secretaria Federal de Controle Interno – SFC

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Órgão: **MINISTERIO DA CIDADANIA**

Unidade Examinada: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ-PB**

Município/UF: **Sapé/Paraíba**

Ordem de Serviço: **201902418**

Missão

Promover o aperfeiçoamento e a transparência da Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e controle das políticas públicas e da qualidade do gasto.

Auditoria Interna Governamental

Atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização; deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?

Levantamento, a partir de cruzamentos entre bases de dados governamentais oficiais, para verificar o atendimento aos critérios de elegibilidade dos beneficiários do PBF no município de Sapé-PB.

POR QUE A CGU REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho teve por objetivo principal verificar a regularidade na concessão e pagamentos dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Sapé-PB.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA CGU?

Constatou-se o pagamento indevido dos benefícios do PBF a 97 famílias, o que teria ocasionado um prejuízo ao erário, no montante de R\$ 70.413, durante o período apurado de janeiro a maio de 2020, decorrente de:

- a) identificação de 94 famílias compostas por servidores públicos, com indicação de Renda Familiar Mensal Per Capita (RFMPC) superior à permitida para o PBF; e
- c) verificação de que três famílias compostas por membros proprietários de empresas estariam inelegíveis ao PBF, com indicação de possível incompatibilidade da RFMPC com a permitida para a entrada ou permanência no Programa.

Também se constatou a existência de indícios de manutenção indevida no PBF de dezessete famílias beneficiárias com pelo menos três dos seus membros estudando em escola particular, com indicação de possível falseamento da composição familiar ou de omissão de renda.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BSP – Benefício para Superação da Extrema Pobreza

CF – Cadastro Familiar

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CGU – Controladoria-Geral da União

CNPJ/RFB/ME – Cadastro Nacional Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Economia

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NIS – Número de Identificação Social

PBF – Programa Bolsa Família

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

RF – Responsável Familiar

RFMPC – Renda Familiar Mensal Per Capita

Sagres/TCE/PB – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Senarc – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SigPBF – Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família

SM – Salário Mínimo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
RESULTADOS DOS EXAMES	7
1. Pagamento indevido dos benefícios do PBF, no montante de R\$ 69.607, durante o período de janeiro a maio de 2020, a 94 famílias compostas por pelo menos um membro identificado como servidor público, que estariam com a renda familiar mensal per capita superior à permitida para o Programa.	7
2. Famílias beneficiárias compostas por pelo menos um membro servidor público e abrangidas pela Regra de Permanência do Programa Bolsa Família, mas com a renda mensal per capita desatualizada ou subdeclarada no Cadastro Único.	11
3. Pagamento indevido dos benefícios do PBF, no montante de R\$ 806, durante o período de janeiro a maio de 2020, a três famílias beneficiárias compostas por pelo menos um membro proprietário de empresa, com indicativo de inelegibilidade ao Programa Bolsa Família.	12
4. Indícios de manutenção indevida no PBF de dezessete famílias beneficiárias com pelo menos três dos seus membros estudando em escola particular, com indicação de possível falseamento da composição familiar ou de omissão de renda.	14
CONCLUSÃO	18
ANEXOS	19
I – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	19
II – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA O CÁLCULO DA RENDA MENSAL PER CAPITA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF COMPOSTAS POR MEMBROS SERVIDORES PÚBLICOS	21
III – QUADROS E TABELAS	23
IV – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	34

INTRODUÇÃO

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, o montante de recursos do Programa destinados ao município de Sapé-PB foi de R\$ 54.877.035, o que equivale a uma transferência média mensal de R\$ 2.286.543,13.

No mês de fevereiro de 2020, 9.625 famílias estavam recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Sapé-PB, compostas por 26.662 membros, o que representa uma cobertura de 53,17% da população estimada de 50.143 habitantes para o Município no Censo Demográfico do IBGE de 2010. Ressalte-se, ainda, que, no mês de fevereiro de 2020, foram transferidos R\$ 2.311.156 às famílias do Programa, o que corresponde a um benefício médio de R\$ 240,12 por família.

Para consecução desta ação de controle, foram objeto principal de fiscalização as famílias beneficiárias do PBF que possuem, na sua composição, servidor(es) público(s) municipal(is) ou estadual(is), cuja renda mensal per capita calculada pela CGU foi superior à estabelecida para o Programa, com base no cruzamento das bases de dados do Cadastro Único, de janeiro de 2020, e da Folha de Pagamento do PBF, de fevereiro de 2020, referentes ao município de Sapé, com as Folhas de Pagamento de Pessoal, de janeiro 2018 a março 2020, relativas aos Governos municipais e ao Governo do Estado da Paraíba.

Além disso, este trabalho teve como escopo identificar famílias beneficiárias compostas por pelo menos um membro proprietário de empresa, com indicativo de inelegibilidade ao Programa Bolsa Família, bem como famílias com pelo menos três dos seus membros estudando em escola particular, com indicação de omissões relacionadas à composição familiar ou quanto à renda, visando à manutenção ou ao aumento dos benefícios do Programa.

Por fim, sublinhe-se que o escopo do presente trabalho compreendeu o período de exame de janeiro de 2019 a maio de 2020, mas foi preciso utilizar a base de dados do Sages/TCE/PB do exercício de 2018 para fins, exclusivamente, de verificação do atendimento pelos beneficiários da Regra de Permanência do PBF em dois exercícios completos consecutivos (2018 e 2019).

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Pagamento indevido dos benefícios do PBF, no montante de R\$ 69.607, durante o período de janeiro a maio de 2020, a 94 famílias compostas por pelo menos um membro identificado como servidor público, que estariam com a renda familiar mensal per capita superior à permitida para o Programa.

De acordo com o art. 6º da Portaria MDS nº 617/2010, que estabelece normas e procedimentos para a revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família, tem-se que, em caso de Renda Familiar Mensal Per Capita (RFMPC) superior a meio salário mínimo, cabe o cancelamento imediato do benefício, senão vejamos:

Art. 6º. Conforme disposto no § 1º do art. 21 do Decreto nº 5.209, de 2004, fica estabelecido o período de validade do benefício das famílias beneficiárias do PBF no qual a renda per capita familiar constante do cadastro da família poderá ultrapassar o limite citado no art. 18 do Decreto nº 5.209, de 2004, sem que haja o imediato cancelamento dos benefícios pelo motivo de renda per capita superior, permanecendo aplicáveis os demais motivos de cancelamento de benefícios definidos na Portaria nº 555, de 2005, alterada pela Portaria nº 344, de 2009. (grifou-se)

§ 1º. O aumento de renda de que trata o caput não poderá ultrapassar o limite de meio salário mínimo, estabelecido pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, como renda familiar per capita máxima admitida para inscrição da família no Cadastro Único, valor a partir do qual caberá o cancelamento do benefício do PBF pelo motivo de renda per capita superior ao limite permitido. (grifou-se)

Por sua vez, a Regra de Permanência (RP) do PBF permite que a RFMPC possa aumentar até meio salário mínimo, pelo período de dois anos consecutivos, sem que o fato implique o imediato desligamento da família beneficiária do Programa, conforme se depreende do art. 18, c/c o art. 21, caput e § 1º, do Decreto nº 5.209/2004, a seguir transcritos, em conjunto com o art. 6º, caput e § 1º, da Portaria GM/MDS nº 617/2010, acima redigidos.

Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal **per capita** de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente. (Redação dada pelo Decreto nº 9.396, de 2018)

[...]

Art. 21. A concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não gera direito adquirido, devendo a elegibilidade das famílias, para recebimento de tais benefícios, ser obrigatoriamente revista a cada

período de dois anos. (grifou-se) (Redação dada pelo Decreto nº 6.392, de 2008)

§ 1º Sem prejuízo do disposto nas normas de gestão de benefícios e de condicionalidades do Programa Bolsa Família, a renda familiar mensal per capita fixada no art. 18, no período de que trata o caput, poderá sofrer variações sem que o fato implique o imediato desligamento da família beneficiária do Programa. (grifou-se) (Redação dada pelo Decreto nº 7.013, de 2009)

A par disso, e com o objetivo de identificar famílias beneficiárias do PBF que possuem, na sua composição servidores públicos, para os quais são conhecidos os rendimentos recebidos, possibilitando, dessa forma, calcular a RFMPC e detectar ocorrências acima dos limites estabelecidos para a permanência no Programa Bolsa Família, foi realizado cruzamento das bases de dados do CadÚnico, de janeiro de 2020, e da Folha de Pagamento do PBF, de fevereiro de 2020, referentes ao município de Sapé-PB, com as Folhas de Pagamento de Pessoal dos Servidores Públicos das Prefeituras e do Governo do Estado da Paraíba, de março de 2020, extraídas do Sages/TCE/PB.

Como resultado do cruzamento de dados, foram identificadas, por meio do número do CPF dos membros com cadastro ativo no CadÚnico, 240 famílias beneficiárias do PBF compostas por pelo menos um integrante servidor público que auferiu remuneração no mês de março de 2020.

Em seguida, por meio do cruzamento de dados da relação dessas 240 famílias com as Folhas de Pagamento de Pessoal do Sages/TCE/PB dos exercícios de 2018 e 2019, obteve-se as médias anuais dos rendimentos recebidos por essas 240 famílias durante esses dois exercícios.

Após a utilização da metodologia para o cálculo da RFMPC, detalhada no Quadro 2 do Anexo deste Relatório, constatou-se que 94 famílias, cerca de 40% do total das 240 famílias, estariam com a RFMPC superior à permitida para a permanência no Programa, acarretando um prejuízo ao erário, no montante de R\$ 69.607, referente ao período apurado de janeiro a maio de 2020, cujo resultado dos exames está sintetizado e demonstrado na tabela¹ a seguir:

¹As informações da Tabela 1 estão detalhadas nos Grupos 1 e 2 dos Quadros 3 e na Tabela 3 do Anexo deste Relatório.

Tabela 1 – Montante dos pagamentos indevidos dos benefícios do PBF, referente ao período apurado de janeiro a maio de 2020, realizados a 94 famílias compostas por pelo menos um membro servidor público e que estariam com a renda familiar mensal per capita superior à permitida para o Programa

Tipologia do achado	Fundamentação legal da inelegibilidade	Quadro demonstrativo do Anexo	Total de famílias beneficiárias inelegíveis ao PBF	Montante do pago indevido do PBF no período examinado (R\$)
Famílias com a renda mensal per capita acima de ½ Salário Mínimo (Famílias com a RFMPC superior à permitida para entrada ou permanência no PBF)	Art. 18 e art. 21, caput e § 1º, c/c o art. 25, III, o art. 34 e o art. 35, I, do Decreto nº 5.209/2004, em conjunto com o art. 6º, caput e § 1º, da Portaria GM/MDS nº 617/2010	Grupo 1 do Quadro 3 (Servidores Públicos)	40	17.699,00
Famílias com a renda mensal per capita variando até ½ Salário Mínimo por dois anos consecutivos (Famílias com a RFMPC superior à permitida pela Regra de Permanência do PBF)		Grupo 2 do Quadro 3 (Servidores Públicos)	54	51.908,00
Total			94	69.607,00

Fonte: Elaborado pela equipe da CGU a partir dos cruzamentos entre as bases de dados governamentais utilizadas.

Cumpra assinalar que, embora o escopo da fiscalização tenha sido de janeiro de 2019 a maio de 2020, o prejuízo aos cofres públicos foi calculado de janeiro a maio de 2020 – quando foi concluído o Relatório Preliminar –, tendo em vista que a regra para o cálculo da RFMPC vigente no âmbito do CadÚnico leva em consideração não apenas a renda recebida no mês anterior, mas também a média das remunerações recebidas nos últimos doze meses – consoante o [Informe Senarc/MDS nº 275, de 7.7.2011](#) –, cujo detalhamento encontra-se no Quadro 2 do Anexo deste Relatório.

Não obstante o perfil de renda apresentado pelas 94 famílias da Tabela 1 acima, que indicariam a inelegibilidade ao PBF, verificou-se, no CadÚnico, que a renda familiar mensal per capita, calculada automaticamente pelo Sistema em função dos dados declarados pelas 94 famílias, foi igual ou inferior a R\$ 354,00, sendo R\$ 0,00 para 85 dessas famílias, o que demonstraria a omissão ou a subdeclaração de renda, acarretando em manutenção indevida do recebimento dos benefícios do Programa.

Nesse sentido, insta ressaltar que, dentre as 94 famílias apontadas na Tabela 1 acima, 33 atualizaram os dados cadastrais no CadÚnico após o início do vínculo empregatício do membro. Contudo, a informação da renda familiar foi omitida ou subdeclarada no CadÚnico, mantendo inalterado o recebimento do benefício do PBF.

Nesse contexto, cabe pontuar que consiste em fraude ao Programa Bolsa Família o fornecimento de informações falsas quando do cadastramento inicial ou da respectiva atualização dos dados familiares no CadÚnico, tais como a subdeclaração de renda familiar, a fim de, indevidamente, ingressar ou de manter famílias no Programa. Nesses casos, comprovada a existência de dolo ou má-fé, após o devido processo

administrativo, as famílias estarão sujeitas a ressarcir o valor recebido de forma indevida e ficarão impedidas de retornar ao Programa pelo período de um ano, sem prejuízo da responsabilização criminal, nos termos do art. 34, caput e § 9º, do Decreto nº 5.209/2004. Por sua vez, o Gestor local também poderá ser responsabilizado caso, intencionalmente, insira ou faça inserir dados, informações falsas ou diversas das que deveriam ser registradas no Cadastro Único, contribuindo para que o benefício seja pago indevidamente, conforme estabelece o art. 14, caput, I, II e § 2º, da Lei nº 10.836/2004.

Acrescente-se que os rendimentos compõem os dados considerados para a habilitação e a seleção de famílias cadastradas no CadÚnico para fins de concessão dos benefícios financeiros do PBF. A omissão de informações no mencionado Cadastro pode culminar no bloqueio dos benefícios, conforme determina o art. 25, inciso III, do Decreto nº 5.209/2004:

Art. 25. As famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família permanecerão com os benefícios liberados mensalmente para pagamento, salvo na ocorrência das seguintes situações:

[...]

III - omissão de informações ou prestação de informações falsas para o cadastramento que habilitem indevidamente o declarante e sua família ao recebimento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família ou dos Programas Remanescentes; (Redação dada pelo Decreto nº 7.013, de 2009)

Dessa forma, o montante de R\$ 69.607 teria sido pago de forma irregular, durante o período de janeiro a maio de 2020, a 94 famílias beneficiárias do PBF compostas por pelo menos um membro identificado como servidor público, que estariam com a renda familiar mensal per capita superior à permitida para entrada ou permanência no Programa.

Por fim, importa ressaltar que os achados apresentados neste item do Relatório são resultado de cruzamentos realizados de forma massiva e automatizada entre os dados extraídos das bases do CadÚnico, da Folha de Pagamento do PBF e do Sages/TCE/PB e refletem as informações declaradas ou registradas pelos próprios agentes públicos nos referidos Sistemas. Portanto, quando da averiguação da fidedignidade dos dados cadastrais das famílias, e antes de qualquer procedimento que vise ao cancelamento dos benefícios, torna-se necessário que a Gestão municipal do PBF realize a análise de cada caso, de forma individualizada, procedendo-se às devidas conferência e validação dos dados disponíveis nas referidas bases cadastrais e corrigindo eventuais inconsistências encontradas.

Diante do exposto, torna-se necessária a avaliação, pela Prefeitura Municipal de Sapé-PB, quanto ao bloqueio dos benefícios do PBF concedidos a essas famílias, promovendo a devida atualização cadastral e a apuração dos fatos – nos termos do art. 5º, inciso I, c/c o art. 12, caput e parágrafo único, e o art. 23, da Portaria GM/MDS nº 177/2011 –, para, em se comprovando a prestação intencional de informações falsas pelas famílias, enviar o procedimento apuratório para o Ministério da Cidadania, com vistas ao cancelamento dos benefícios resultantes do ato irregular praticado, bem como ao

ressarcimento ao erário dos benefícios pagos indevidamente, consoante estabelecem o art. 34 e o art. 35, inciso II, do Decreto nº 5.209/2004.

2. Famílias beneficiárias compostas por pelo menos um membro servidor público e abrangidas pela Regra de Permanência do Programa Bolsa Família, mas com a renda mensal per capita desatualizada ou subdeclarada no Cadastro Único.

Além das 94 famílias compostas por pelo menos um membro servidor público que estariam com a RFMPC superior à permitida para entrada ou permanência no PBF, constatou-se, dentre o total de 240 famílias beneficiárias do Programa – em que se identificou, na sua composição, pelo menos um membro servidor público –, que 96 delas, embora ainda abrangidas pela Regra de Permanência do PBF durante os exercícios de 2018 e 2019, estariam com a renda mensal per capita desatualizada ou subdeclarada, em valor igual ou inferior a R\$ 89,00 no Cadastro Único, conforme detalhamento do Grupo 3 de famílias contido no Quadro 3 do Anexo deste Relatório.

Cabe destacar que, quanto a essas famílias identificadas com a renda desatualizada ou subdeclarada no CadÚnico, o cálculo da RFMPC tomou como referência o período de janeiro de 2018 a março de 2020, sendo adotados os critérios explicitados no Quadro 2 do Anexo deste Relatório, com base na metodologia utilizada pelo CadÚnico.

Importa assinalar, ainda, que, apesar de essas 96 famílias identificadas ainda estarem abarcadas pela Regra de Permanência do PBF, durante o período analisado, verificou-se, no CadÚnico, que a RFMPC, calculada automaticamente pelo Sistema em função dos dados declarados pelas 96 famílias, foi igual ou inferior a R\$ 79,00, sendo R\$ 0,00 para 91 dessas famílias, o que demonstraria a desatualização ou a subdeclaração de renda, acarretando em manutenção do recebimento dos benefícios do Programa.

Nesse sentido, insta ressaltar que, dentre essas 96 famílias, vinte já atualizaram os dados cadastrais no CadÚnico após o início do vínculo empregatício do respectivo membro. Contudo, a informação da renda familiar permaneceu desatualizada ou foi subdeclarada no CadÚnico.

Quanto ao prazo de atualização cadastral, impende destacar o previsto na Portaria MDS nº 177/2011:

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

[...]

X - cadastro atualizado: o registro familiar que, no prazo máximo de dois anos contados da data de sua inclusão ou última atualização no CadÚnico, foi objeto de alteração de informações específicas; (grifou-se)

[...]

Art. 12. Os procedimentos de atualização e revalidação dos registros cadastrais pelo município e Distrito Federal têm como objetivo assegurar a unicidade, a completude, a atualidade e a fidedignidade dos dados cadastrais.

Parágrafo único. Os procedimentos de que trata o caput requerem a verificação, junto a cada família cadastrada, de todas as informações registradas no respectivo cadastro, o que deve ocorrer pelo menos a cada dois anos, conforme art. 7º do Decreto nº 6.135, de 2007. (grifou-se)

Entretanto, cumpre sublinhar que, não obstante o art. 21 do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.392, de 12.03.2008, em conjunto com o art. 7º do Decreto nº 6.135, de 26.06.2017, terem estabelecido o prazo máximo de dois anos para revisão cadastral obrigatória, o art. 23, § 1º, inciso III, da Portaria GM/MDS nº 177/2011, dispõe que, nos casos em que houver evidências de omissão de informações ou de prestação de informações inverídicas pela família, o gestor municipal do CadÚnico deve solicitar do titular do cadastro a assinatura de termo de responsabilidade, com o compromisso de atualizar o cadastro de sua família, sempre que houver alguma alteração em sua composição, situação socioeconômica e endereço de residência.

Diante do exposto, e considerando a existência de 96 famílias compostas por pelo menos um membro servidor público com a renda mensal per capita desatualizada ou subdeclarada no CadÚnico, embora ainda abrangidas pela Regra de Permanência do PBF nos anos de 2018 e 2019, cabe ao Gestor local, com base no art. 25, inciso III, do Decreto nº 5.209/2004, promover as respectivas atualizações cadastrais.

3. Pagamento indevido dos benefícios do PBF, no montante de R\$ 806, durante o período de janeiro a maio de 2020, a três famílias beneficiárias compostas por pelo menos um membro proprietário de empresa, com indicativo de inelegibilidade ao Programa Bolsa Família.

Com o objetivo de verificar a adequação dos pagamentos dos benefícios do Programa Bolsa Família no município de Sapé-PB, foi realizado cruzamento das bases de dados do Cadastro Único, de janeiro de 2020, e da Folha de Pagamento do PBF, de fevereiro de 2020, com as informações do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Economia, (CNPJ/RFB/ME), atualizadas até outubro de 2019, tendo sido verificado que 379 famílias beneficiárias do PBF estão compostas por pelo menos um membro que integra o quadro societário de empresa(s) ativa(s), na qualidade de titular, responsável, administrador ou sócio.

Cabe ressaltar que foi verificado, no CadÚnico, que a renda familiar mensal per capita, calculada automaticamente pelo Sistema em função dos dados declarados pelas 379 famílias, foi igual ou inferior a R\$ 499,00, sendo de R\$ 0,00 para 366 dessas famílias.

Ressalte-se, ainda, que essas 379 famílias identificadas possuem membros que são sócios ou titulares de 401 empresas na situação de “ativa” no Sistema CNPJ, das quais 85 não estão sediadas no município de Sapé-PB.

Por conseguinte, a partir do cotejamento do resultado do cruzamento referido acima com os dados extraídos do Sagres/TCE/PB, referentes às informações sobre a execução orçamentária dos entes públicos do estado da Paraíba, constatou-se que, dessas 379 famílias beneficiárias do PBF, três estão compostas por membros que são proprietários de empresas que receberam pagamentos da Prefeitura ou da Câmara Municipal de Sapé, ou do Governo do Estado da Paraíba, durante o período de janeiro a dezembro de 2019, o que indicaria, a partir da consideração desses rendimentos, a possibilidade de uma renda familiar mensal per capita superior a meio salário mínimo, limite estabelecido para a permanência no Programa, conforme detalhamento da tabela a seguir:

Tabela 2 – Famílias beneficiárias do PBF compostas por pelo menos um membro proprietário ou sócio de empresa que obteve faturamento junto à Prefeitura ou à Câmara Municipal de Sapé, ou ao Governo do Estado da Paraíba, com indicação de renda mensal per capita superior à permitida para a permanência no Programa

SEQ.	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEMB FAM	DAT ULT ATUAL FAM	RFMPC CADÚNICO (R\$)	NIS / CPF MEMB EMPRARIO	DTA CAD MEMB	CNPJ EMPRESA	DAT ENT SÓCIO / DAT ABERT EMP	Faturamento Médio Mensal da Empresa (Sagres/TCE/PB – Jan a Dez de 2019)	VLR TOTAL Recebido PBF - Jan a Mai de 2020 (R\$)
1	***90154** / ***249486**	2	11/09 /2017	0,00	***249486** / ***.074.394-**	25/07 /2012	30.732.14 9/0001-26	19/06/2 018	19.960,24	180,00
2	***45356** / ***644533**	3	23/05 /2018	0,00	***644533** / ***.668.657-**	23/03 /2009	32.882.81 9/0001-16	25/02/2 019	3.630,33	269,00
3	***03281** / ***416777**	4	17/09 /2019	0,00	***341265** / ***.676.704-**	08/10 /2009	27.041.19 6/0001-19	06/02/2 017	4.610,48	357,00
Montante recebido indevidamente do PBF no período de janeiro a maio de 2020 (R\$)										806,00

Legenda:

COD CAD FAM: Código de Cadastro Familiar no CadÚnico

NIS: Número de Identificação Social

RF: Responsável Familiar

QTDE TOT MEMB FAM: Quantidade total de membros ativos da família no Cadastro Único

DAT ULT ATUAL FAM: Data da última atualização da família no Cadastro Único

RFMPC: Renda Familiar Per Capita Mensal

DTA CAD MEMB: Data de cadastramento do membro familiar

DAT ENT SÓCIO: Data de entrada do sócio na empresa

DAT ABERT EMP: Data de abertura da empresa no Sistema CNPJ/RFB/ME

Fonte: Cadastro Único de janeiro de 2020; Folha de Pagamento do PBF de fevereiro de 2020; Sistema CNPJ/RFB/ME, atualizado até outubro de 2019; e Sagres/TCE/PB, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019.

Cumprasse assinalar que, não obstante o art. 21 do Decreto nº 5.209/2004 ter estabelecido o prazo de dois anos para revisão cadastral obrigatória, o art. 23, § 1º, inciso III, da Portaria GM/MDS nº 177/2011, dispõe que, nos casos em que houver evidências de

omissão de informações ou de prestação de informações inverídicas pela família, o gestor municipal do CadÚnico deve solicitar do titular do cadastro a assinatura de termo de responsabilidade, com o compromisso de atualizar o cadastro de sua família, sempre que houver alguma alteração em sua composição, situação socioeconômica e endereço de residência.

No caso em tela, importa ressaltar que consiste em fraude ao Programa Bolsa Família o fornecimento de informações falsas quando do cadastramento inicial ou das respectivas atualizações dos dados cadastrais, a fim de, indevidamente, ingressar ou de se manter no Programa. Nesses casos, comprovada a existência de dolo ou má-fé, a família estará sujeita a ressarcir, após o devido processo administrativo, o valor recebido de forma indevida, sem prejuízo da responsabilização criminal, nos termos do art. 34, caput e § 9º, do Decreto nº 5.209/2004. Por sua vez, o Gestor local do PBF também poderá ser responsabilizado caso, intencionalmente, insira ou faça inserir dados, informações falsas ou diversas das que deveriam ser registradas no Cadastro Único, contribuindo para que o benefício seja pago irregularmente, conforme estabelece o art. 14, caput, incisos I, II e § 2º, da Lei nº 10.836/2004.

Diante do exposto, dessas 379 famílias identificadas com pelo menos um membro proprietário ou sócio de empresa, para três delas, há indicativo de inelegibilidade ao PBF, em razão de possível incompatibilidade de renda per capita familiar com a permitida para a entrada ou permanência no Programa, o que teria ocasionado prejuízo ao erário no montante de R\$ 806, durante o período de janeiro a maio de 2020.

4. Indícios de manutenção indevida no PBF de dezessete famílias beneficiárias com pelo menos três dos seus membros estudando em escola particular, com indicação de possível falseamento da composição familiar ou de omissão de renda.

Com o objetivo de identificar a adequação da composição familiar e da renda declarada pelas famílias beneficiárias do PBF, foi realizado cruzamento das bases de dados do CadÚnico, de janeiro de 2020, e da Folha de Pagamentos do PBF, de fevereiro de 2020, referentes ao município de Sapé-PB, com a relação de escolas privadas do estado da Paraíba constantes do Censo Escolar de 2019, divulgado oficialmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no site <http://inep.gov.br/microdados#>.

Como resultado do cruzamento de dados, foram identificadas, por meio do Código INEP das escolas, 1.174 famílias beneficiárias do PBF no município de Sapé com pelo menos um membro estudante de escola particular. Registre-se que, dessas 1.174 famílias, dezessete possuem pelo menos três membros estudantes de escola particular, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Famílias beneficiárias do PBF no município de Sapé com pelo menos três de seus membros estudantes de escola particular

SEQ.	COD CAD FAMILIAR / NIS DO RF	DAT ÚLT ATUALIZ FAM	QTDE TOT MEMBROS FAM	VL TOTAL BENEFÍCIO (R\$)	VL RENDA PER CAPITA (R\$)	NIS DO ALUNO	PARENTESCO COM O RF	COD INEP DA ESCOLA DO ALUNO
1	***64587** / ***416692**	13/12/2017	5	447,00	0,00	***251266**	Filho(a)	25090232
						***214535**	Filho(a)	25090232
						***943645**	Filho(a)	25135406
						***251266**	Filho(a)	25090160
2	***06421** / ***812867**	20/12/2018	7	253,00	136,00	***352721**	Neto(a) ou bisneto(a)	25130684
						***044079**	Neto(a) ou bisneto(a)	25130684
						***044011**	Neto(a) ou bisneto(a)	25130684
						***173063**	Neto(a) ou bisneto(a)	25130684
3	***84174** / ***069034**	08/05/2019	6	535,00	0,00	***839975**	Filho(a)	25102036
						***228897**	Filho(a)	25102036
						***735854**	Filho(a)	25130684
						***839975**	Filho(a)	25102036
4	***8952** / ***482667**	31/10/2019	6	535,00	0,00	***315835**	Filho(a)	25124480
						***923885**	Filho(a)	25124480
						***340855**	Filho(a)	25124480
5	***5760** / ***202466**	12/09/2017	4	357,00	0,00	***202021**	Filho(a)	25135406
						***337544**	Filho(a)	25125354
						***236974**	Filho(a)	25125354
6	***1931** / ***989283**	04/09/2019	4	358,00	0,00	***555952**	Filho(a)	25114360
						***401639**	Filho(a)	25114360
						***241623**	Irmão ou irmã	25114360
7	***2442** / ***240705**	23/10/2018	4	358,00	0,00	***199546**	Neto(a) ou bisneto(a)	25198807
						***199492**	Neto(a) ou bisneto(a)	25198807
						***630327**	Neto(a) ou bisneto(a)	25198807
8	***88729** / ***204469**	02/08/2019	5	447,00	0,00	***199691**	Filho(a)	25090186
						***462780**	Filho(a)	25130684
						***955285**	Filho(a)	25130684
9	***10507** / ***218791**	28/05/2019	6	536,00	0,00	***310062**	Filho(a)	25125320
						***065755**	Filho(a)	25125320
						***183760**	Filho(a)	25125320
10	***30290** / ***414968**	19/11/2018	4	358,00	0,00	***332633**	Filho(a)	25125354
						***839021**	Filho(a)	25125354
						***066036**	Filho(a)	25125354
11	***56212** / ***381654**	01/04/2019	4	358,00	0,00	***381509**	Filho(a)	25130684
						***080984**	Filho(a)	25090232
						***254138**	Filho(a)	25090232
12	***44172** / ***914686**	25/06/2018	4	358,00	0,00	***655159**	Filho(a)	25102036
						***505069**	Filho(a)	25102036
						***655076**	Filho(a)	25130684
13		15/08/2019	7	342,00	136,00	***199110**	Filho(a)	25122835

SEQ.	COD CAD FAMILIAR / NIS DO RF	DAT ÚLT ATUALIZ FAM	QTDE TOT MEMBROS FAM	VL TOTAL BENEFÍCIO (R\$)	VL RENDA PER CAPITA (R\$)	NIS DO ALUNO	PARENTESCO COM O RF	COD INEP DA ESCOLA DO ALUNO
	***26401** / ***894685**					***499366**	Filho(a)	25122835
						***497387**	Filho(a)	25122835
14	***88154** / ***239308**	14/08/2019	4	358,00	0,00	***147846**	Filho(a)	25102036
						***741843**	Filho(a)	25102036
						***319251**	Filho(a)	25102036
15	***25397** / ***778724**	26/09/2017	4	358,00	0,00	***778716**	Filho(a)	25090232
						***778845**	Filho(a)	25090232
						***516567**	Filho(a)	25090232
16	***48403** / ***535594**	17/10/2019	4	358,00	0,00	***535910**	Filho(a)	25135406
						***535922**	Filho(a)	25130684
						***535898**	Filho(a)	25135406
17	***74242** / ***954513**	23/10/2019	7	624,00	0,00	***954469**	Filho(a)	25135406
						***954482**	Filho(a)	25130684
						***954493**	Filho(a)	25130684

Fonte: CadÚnico de janeiro de 2020; Folha de Pagamento do PBF de fevereiro de 2020; e Censo Escolar INEP de 2019.

Cabe destacar que, não obstante a situação dessas dezessete famílias indicar um perfil de renda possivelmente incompatível para o Programa, verificou-se, no CadÚnico, que a renda familiar mensal per capita, calculada automaticamente pelo Sistema em função dos dados declarados pelas famílias, foi igual ou inferior a R\$ 136,00, sendo R\$ 0,00 para quinze dessas famílias, o que demonstraria a omissão ou a subdeclaração de renda, ou o falseamento da composição familiar, com o intuito da manutenção do recebimento ou do aumento indevidos dos benefícios do Programa.

Sublinhe-se que o falseamento da composição familiar no Cadastro Único ocorre tanto pela omissão de membros da família que possuem rendimentos, quanto pela inclusão indevida de membros que não compõem o núcleo familiar, cuja definição está disposta no art. 2º, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.836/2004, em conjunto com o disposto no art. 4º, inciso I, do Decreto nº 6.135/2007.

Importa esclarecer, ainda, que o público-alvo do Programa deve ser composto por famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 178,00, por mês. Assim, essas dezessete famílias beneficiárias do PBF compostas por três ou mais membros estudantes de escolas particulares apresentariam um padrão de vida possivelmente incompatível com a renda declarada no Cadastro Único e não estariam abrangidas pelos critérios de elegibilidade para entrada ou permanência no Programa, caso a renda e a composição familiar fossem informadas corretamente.

Dessa forma, as situações acima apontadas indicam que essas dezessete famílias teriam, eventualmente, omitido rendimentos de seus integrantes ou teriam membros não declarados no CadÚnico, para permanecerem recebendo, indevidamente, os benefícios do PBF, ou teriam falseado sua composição familiar, mediante a inclusão indevida de pessoas que não fariam parte do núcleo familiar, com o propósito de continuarem no

PBF ou de terem aumentados, de forma indevida, os valores dos benefícios do Programa.

Diante do exposto, torna-se oportuna a avaliação, pelo Gestor local, para promover a atualização cadastral dessas famílias, preferencialmente por meio de entrevista no domicílio de cada família e lastreada no respectivo parecer socioeconômico elaborado pelo(a) Assistente Social do CRAS municipal, bem como solicitar o Termo de Declaração assinado pelo RF e preencher o Formulário de Verificação de Renda e Composição Familiar, conforme modelos aprovados pelo Ministério da Cidadania, a serem arquivados no Município juntamente com as Folhas Resumo das atualizações cadastrais da família, por um período mínimo de cinco anos, nos termos do art. 5º, inciso I e § 2º, art. 9º, art. 18, § 1º, art. 19 e art. 23, caput, §§ 1º e 2º, todos da Portaria GM/MDS nº 177/2011.

CONCLUSÃO

A aplicação dos recursos federais do Programa Bolsa Família no pagamento a beneficiários do município de Sapé-PB não está em total conformidade com a legislação vigente e exige providências para a regularização por parte dos gestores municipais, considerando a identificação de 97 famílias que estariam inelegíveis para fins de concessão dos benefícios do Programa, o que teria ocasionado um prejuízo aos cofres públicos, no montante de R\$ 70.413, durante o período de janeiro a maio de 2020, conforme detalhado a seguir:

a) R\$ 69.607 referentes ao pagamento a 94 famílias, compostas por pelo menos um membro servidor público, com indicação de renda mensal per capita superior à permitida para entrada ou permanência no PBF, identificadas por meio de cruzamentos entre bases de dados governamentais, conforme demonstrado no item 1 deste Relatório; e

a) R\$ 806 relativos ao pagamento a três famílias beneficiárias compostas por pelo menos um membro proprietário de empresa, com indicativo de inelegibilidade ao Programa Bolsa Família, consoante apontado no item 3 deste Relatório.

Verificou-se, ainda, que 96 famílias beneficiárias do PBF compostas por servidores públicos estariam com a renda mensal per capita desatualizada ou subdeclarada no CadÚnico, ainda que abarcadas pela Regra de Permanência do PBF, conforme explicitado no item 2 deste Relatório.

Também se constatou a existência de indícios de manutenção indevida no PBF de dezessete famílias beneficiárias com pelo menos três dos seus membros estudando em escola particular, com indicação de possível falseamento da composição familiar ou de omissão de renda, consoante descrito no item 4 deste Relatório.

ANEXOS

I – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.135/2007, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público, a exemplo do Programa Bolsa Família. O art. 4º, II, do referido Decreto, define família de baixa renda, para fins de ingresso no CadÚnico, como aquela com renda familiar mensal **per capita** de até meio salário mínimo, ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela Lei nº 10.836/2004, tendo como público-alvo famílias que vivem em situação de extrema pobreza ou pobreza, considerando o limite de renda familiar mensal per capita em dois patamares como critério de elegibilidade, nos termos do art. 18 do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 9.396/2018: até R\$ 89,00 mensais por pessoa para as famílias conceituadas como extremamente pobres, independentemente da sua composição familiar, e, entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais por pessoa, para famílias definidas como pobres, desde que tenham na sua composição gestante(s), nutriz(es), criança(s) ou adolescente(s) de até 17 anos.

A concessão dos benefícios do PBF tem caráter temporário e não gera direito adquirido, devendo a elegibilidade das famílias ser obrigatoriamente revista a cada dois anos. Ressalte-se que, durante esse período, a renda familiar mensal per capita poderá variar até meio salário mínimo, sem que o fato implique o imediato desligamento da família beneficiária do Programa, consoante Regra de Permanência do PBF estabelecida no art. 21, caput e § 1º, do Decreto nº 5.209/2004, em conjunto com o art. 6º, caput e § 1º, da Portaria GM/MDS nº 617/2010.

A seleção dos beneficiários do Programa é realizada de forma automatizada, com base nas informações cadastrais declaradas pelas famílias e registradas pelos municípios no Cadastro Único, tendo como principal critério a renda per capita da família.

Os benefícios são concedidos de acordo com o perfil da família, cujo cálculo depende da composição familiar (número de membros, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária. O pagamento dos benefícios, resultado da soma dos valores de vários tipos e quantidades de benefícios, básico e variável(is), previstos no art. 19 do Decreto nº 5.209/2004, a seguir elencados, é realizado mensal e diretamente às famílias por meio de saque com o cartão magnético ou mediante depósito em contas corrente ou poupança do beneficiário.

a) Benefício Básico (BB), no valor mensal de R\$ 85,00, destinado, exclusivamente, a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza, independentemente da sua composição familiar, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até 89,00. (Art. 18, c/c o art. 19, I, do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 9.396/2018)

b) Benefício Variável (BV), no valor mensal de R\$ 41,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 205,00 por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre zero e quinze anos. (Art. 19, II, do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 9.396/2018)

c) Benefício Variável Jovem vinculado ao adolescente (BVJ), no valor mensal de R\$ 48,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 96,00 por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino. (Art. 19, III, do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 9.396/2018)

d) Benefício para Superação da extrema Pobreza (BSP), cujo valor será calculado em função da quantidade de membros da família, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do PBF, independentemente da sua composição familiar, que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do art. 19 do Decreto nº 5.209/2004 igual ou inferior a R\$ 89,00 per capita. (Art. 19, V, § 3º, do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 9.396/2018)

II – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA O CÁLCULO DA RENDA MENSAL PER CAPITA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF COMPOSTAS POR MEMBROS SERVIDORES PÚBLICOS

De acordo com a regra de cálculo do CadÚnico definida no [Informe Senarc/MDS nº 275/2011](#), a Renda Familiar Mensal Per Capita (RFMPC) consiste no menor valor entre a renda recebida no mês anterior e a média das remunerações recebidas nos últimos doze meses.

O escopo do presente trabalho compreendeu o período de exame de janeiro de 2019 a maio de 2020. Apesar disso, considerando o fato de a RFMCP poder variar até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo (SM) durante o período de dois anos, sem que o fato implique o imediato desligamento da família beneficiária do Programa – consoante a Regra de Permanência do PBF estabelecida no art. 21, caput e § 1º, do Decreto nº 5.209/2004, em conjunto com o art. 6º, caput e § 1º, da Portaria GM/MDS nº 617/2010 –, foi necessário também analisar o exercício de 2018, para fins exclusivamente de verificação do atendimento pelos beneficiários da Regra de Permanência do PBF em dois exercícios completos consecutivos (2018 e 2019).

Quando da execução desta ação de controle, a mais recente folha de pagamento de pessoal disponibilizada no Sagres/TCE/PB foi a referente ao mês de março de 2020.

A par disso, foram adotados os seguintes parâmetros para o cálculo da RFMPC:

- a) **S1**: somatório dos valores dos rendimentos brutos de todos os vínculos dos servidores públicos dos entes governamentais municipais e estaduais na Folha de Pessoal do Sagres/TCE/PB, de março de 2020, cujas famílias são beneficiárias do PBF no município de Sapé-PB – identificadas por meio de cruzamento de dados pelo número do CPF para todos os membros familiares ativos no Cadastro Único, de janeiro de 2020, e que possuem o mesmo número do cadastro familiar na relação de famílias beneficiárias na Folha de Pagamento do PBF, de fevereiro de 2020;
- b) **S2**: somatório dos valores dos rendimentos brutos de todos os vínculos dos servidores públicos identificados no item “a”, referentes às Folhas de Pagamento de Pessoal do Sagres/TCE/PB do período de janeiro a dezembro de 2019;
- c) **S3**: somatório dos valores dos rendimentos brutos de todos os vínculos dos servidores públicos identificados no item “a”, referentes às Folhas de Pagamento de Pessoal do Sagres/TCE/PB do período de janeiro a dezembro de 2018; e
- d) **QM**: quantidade total de membros das famílias beneficiárias do PBF na situação de “cadastrado” (ativo), informada no CadÚnico de janeiro de 2020.

Assim, para o cálculo da RFMPC, têm-se as seguintes fórmulas:

- **Março de 2020: RFMPC1 = S1/QM;**
- **Exercício de 2019: RFMPC2 = S2/13/QM;**
- **Exercício de 2018: RFMPC3 = S3/13/QM.**

Nas duas últimas fórmulas acima, como não foi possível identificar se a folha de pagamento do 13º salário foi excluída ou não de todas as Folhas de Pagamento de Pessoal consolidadas de cada exercício, no cálculo da RFMPC dividiu-se o somatório dos rendimentos por 13, em vez de 12.

Em seguida, o resultado do cruzamento de dados foi classificado em três grupos distintos de famílias, de acordo com as faixas de renda estabelecidas para acesso ao PBF, para permanência no Programa – ainda que houvesse eventual aumento da renda familiar até meio salário mínimo – e para perda dos benefícios, sendo adotados os critérios explicitados no Quadro 2 a seguir, para a identificação das famílias compostas por servidores públicos com a RFMPC superior à permitida para o Programa, ou desatualizada no CadÚnico, com base nas regras de cálculo vigentes e utilizadas pelo CadÚnico, consoante o Informe Senarc/MDS nº 275/2011.

Quadro 2 – Metodologia adotada para o cálculo da RFMPC, referente às famílias compostas por servidores públicos e que estariam com a renda familiar mensal per capita superior à permitida para o PBF ou desatualizada no CadÚnico

Grupo	Critério¹
Grupo 1 – RFMPC > ½ SM (Famílias com a RFMPC superior à permitida para o PBF)	Mínimo (RFMPC1, RFMPC2) > R\$ 522,50 AND RFMPC CadÚnico <= R\$ 522,50
Grupo 2 – RFMPC variando até ½ SM por mais de dois anos consecutivos (Famílias que não atenderam à Regra de Permanência do PBF nos exercícios de 2018 e 2019)	Mínimo (RFMPC1, RFMPC2) > R\$ 178,00 AND Mínimo (RFMPC1, RFMPC2) <= R\$ 522,50 AND RFMPC3 > R\$ 178,00 AND RFMPC CadÚnico <= R\$ 178,00
Grupo 3 – RFMPC desatualizada (Famílias não abarcadas nos dois grupos anteriores, mas com a RFMPC desatualizada no CadÚnico)	Mínimo (RFMPC1, RFMPC2) > R\$ 89,00 AND Mínimo (RFMPC1, RFMPC2) <= R\$ 178,00 AND RFMPC CadÚnico <= R\$ 89,00
<p>¹Indistintamente para os exercícios de 2018 a 2020, tomou-se como referência o Salário Mínimo (SM) vigente no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.045, bem como as faixas de renda, para elegibilidade ao PBF, definidas pelo art. 18 do Decreto nº 5.209/2004 e atualizadas pelo Decreto nº 9.396/2018. Além disso, foram desconsideradas as famílias com a renda já informada/atualizada pelas próprias famílias no CadÚnico e cujo cálculo automático da RFMPC constante no CadÚnico de janeiro de 2020 já foi superior aos seguintes valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • R\$ 522,50, no caso do Grupo 1; • R\$ 178,00, no caso do Grupo 2; e • R\$ 89,00, no caso do Grupo 3. 	

Fonte: Elaborado pela equipe da CGU.

III – QUADROS E TABELAS

Quadro 3 – Servidores Públicos: Famílias beneficiárias do PBF, referentes aos itens 1 e 2 do Relatório

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEMB FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
Grupo 1 – 40 Famílias com RFMPC acima de ½ SM (Famílias com a RFMPC superior à permitida para o PBF) (Pagamento indevido do benefício na Tabela 3)									
1	***47528** / ***069122**	2	10/05/2018	***069122** / ***.871.834-**	23/04/2018	A	01/10/1985	0,00	2.566,89
2	***74829** / ***839834**	1	29/03/2019	***839834** / ***.280.844-**	29/03/2019	B	01/01/2018	0,00	1.483,30
3	***36710** / ***395054**	1	16/05/2019	***395054** / ***.999.634-**	20/03/2009	B	13/02/2020	0,00	1.362,80
4	***02495** / ***351798**	2	14/09/2018	***351798** / ***.922.684-**	13/05/2013	B	01/02/2020	0,00	1.329,61
5	***30916** / ***003188**	1	30/07/2019	***003188** / ***.217.924-**	16/01/2018	F	15/10/2018	0,00	1.270,00
6	***64679** / ***926891**	1	16/11/2017	***926891** / ***.043.274-**	16/11/2017	L	01/02/2018	0,00	1.168,77
7	***43405** / ***280202**	2	17/04/2019	***280202** / ***.582.474-**	25/11/2015	B	13/02/2020	0,00	1.153,41
				***883794** / ***.380.264-**	25/11/2015	B	18/03/2011		
8	***16504** / ***924782**	1	15/08/2017	***924782** / ***.377.354-**	17/07/2014	K	01/01/2018	0,00	1.107,69
9	***90146** / ***481347**	2	22/08/2018	***481347** / ***.968.184-**	05/06/2017	F	01/07/2019	0,00	1.075,22
10	***69852** / ***774965**	1	10/09/2018	***774965** / ***.733.904-**	22/05/2010	B	14/07/2017	0,00	998,00
11	***48683** / ***425234**	1	09/01/2019	***425234** / ***.210.474-**	09/01/2019	A	24/01/2013	0,00	977,10
12	***91272** / ***166004**	1	10/05/2018	***166004** / ***.950.814-**	10/05/2018	P	19/02/2019	0,00	949,89
13	***94750** / ***987148**	1	08/03/2018	***987148** / ***.999.994-**	06/06/2009	B	01/02/2019	0,00	914,83
14	***63576** / ***677874**	2	04/07/2019	***492494** / ***.688.284-**	18/03/2009	B	05/04/2017	0,00	854,52
15	***98813** / ***489691**	1	23/08/2019	***489691** / ***.978.584-**	03/07/2013	B	01/03/2019	0,00	840,43
16	***66840** / ***323324**	1	24/01/2019	***323324** / ***.810.464-**	10/10/2014	B	13/02/2020	0,00	834,20
17	***3416** / ***737316**	1	20/02/2019	***737316** / ***.886.994-**	27/07/2010	B	13/02/2020	0,00	822,66
18	***70083** / ***058645**	2	20/03/2019	***058645** / ***.536.774-**	06/03/2018	B	01/05/2016	0,00	800,00
19	***3084** / ***488738**	1	21/12/2018	***488738** / ***.242.184-**	26/12/2008	B	13/02/2020	0,00	793,28
20	***00017** / ***805984**	1	26/12/2018	***805984** / ***.039.204-**	20/03/2009	B	13/02/2020	0,00	793,28
21	***04306** / ***234915**	1	20/02/2019	***234915** / ***.462.244-**	13/08/2013	B	13/02/2020	0,00	793,28

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
22	***25403** / ***491633**	1	18/12/2019	***491633** / ***.720.774-**	08/01/2018	B	13/02/2020	0,00	793,28
23	***96675** / ***276961**	1	04/01/2019	***276961** / ***.050.384-**	04/01/2019	B	13/02/2020	0,00	793,28
24	***69262** / ***358401**	1	23/04/2019	***358401** / ***.732.804-**	09/05/2013	B	13/02/2020	0,00	782,38
25	***96915** / ***784740**	1	10/09/2019	***784740** / ***.589.454-**	04/07/2016	G	01/04/2019	0,00	776,83
26	***3789** / ***963514**	3	29/04/2019	***239591** / ***.879.454-**	11/12/2009	A	01/01/2019	0,00	770,67
27	***58357** / ***693939**	1	28/02/2019	***693939** / ***.086.164-**	28/03/2012	B	13/02/2020	0,00	767,69
28	***32717** / ***344590**	1	12/02/2019	***344590** / ***.039.244-**	06/02/2018	B	18/02/2019	0,00	749,78
29	***80560** / ***874496**	1	02/04/2018	***874496** / ***.131.224-**	27/10/2009	B	13/02/2020	0,00	737,98
30	***96192** / ***239428**	1	13/11/2019	***239428** / ***.164.434-**	19/10/2017	B	18/02/2020	0,00	732,32
31	***25769** / ***241529**	2	08/08/2019	***241529** / ***.945.464-**	17/07/2014	B	13/02/2020	354,00	725,06
32	***27934** / ***941226**	2	07/02/2019	***941226** / ***.302.344-**	24/04/2012	B	13/02/2020	0,00	712,03
33	***4971** / ***637219**	2	26/08/2019	***637219** / ***.223.154-**	16/10/2008	B	01/03/2018	0,00	691,55
34	***4199** / ***161624**	1	20/06/2018	***161624** / ***.530.884-**	16/12/2009	G	01/04/2019	0,00	690,92
35	***38038** / ***584520**	1	02/04/2018	***584520** / ***.361.214-**	05/12/2009	G	01/04/2019	0,00	690,92
36	***60323** / ***255693**	2	09/05/2019	***323259** / ***.809.764-**	10/06/2013	B	13/02/2020	0,00	603,56
37	***42121** / ***901094**	2	14/05/2019	***901094** / ***.382.484-**	29/04/2009	B	01/06/2019	0,00	582,60
38	***72862** / ***584030**	3	22/01/2018	***584030** / ***.626.444-**	29/04/2009	B	01/08/2018	0,00	534,34
39	***03268** / ***803431**	2	11/02/2019	***803431** / ***.276.554-**	15/07/2010	B	01/02/2020	0,00	533,11
40	***23931** / ***992629**	2	22/02/2019	***992629** / ***.037.404-**	04/02/2014	B	01/10/2017	0,00	526,16
Grupo 2 – 54 famílias com a RFMPC variando até ½ SM por mais de dois anos consecutivos (Famílias que não atenderam à Regra de Permanência do PBF nos exercícios de 2018 e 2019) (Pagamento indevido do benefício na Tabela 3)									
41	***74043** / ***323343**	2	13/09/2017	***323343** / ***.686.244-**	22/11/2013	B	01/12/2013	0,00	521,83
42	***35791** / ***368585**	2	21/02/2019	***368585** / ***.913.454-**	19/06/2009	B	01/01/2020	0,00	516,08
43	***44801** / ***894644**	2	10/05/2019	***894644** / ***.781.084-**	19/05/2009	B	01/02/2017	0,00	514,14
44	***47238** / ***243818**	1	07/02/2019	***243818** / ***.980.214-**	18/12/2017	B	16/08/2019	0,00	513,47
45	***01039** / ***200461**	4	29/04/2019	***311374** / ***.588.044-**	06/06/2017	B	01/02/2020	0,00	506,37
				***924875** / ***.467.584-**	07/11/2009	B	12/03/2018		

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
46	***07827** / ***129359**	2	13/03/2018	***860247** / ***.347.024-**	17/03/2016	A	02/04/2009	0,00	495,81
47	***27941** / ***448162**	3	08/01/2019	***448162** / ***.817.044-**	08/01/2019	B	13/02/2020	0,00	474,68
48	***25617** / ***992163**	2	26/07/2019	***992163** / ***.102.144-**	09/03/2018	B	01/07/2014	0,00	468,31
49	***63628** / ***774847**	2	22/03/2019	***774847** / ***.924.474-**	22/10/2009	B	01/01/2018	0,00	460,62
50	***53029** / ***473160**	2	07/11/2019	***473160** / ***.154.324-**	28/01/2014	B	01/01/2019	0,00	460,62
51	***67698** / ***677864**	2	22/04/2019	***677864** / ***.072.004-**	03/10/2017	B	13/02/2020	0,00	460,62
52	***05407** / ***805794**	4	10/06/2019	***805794** / ***.027.514-**	10/01/2012	B	13/02/2020	0,00	459,74
				***749034** / ***.727.474-**	10/01/2012	B	20/01/2017		
53	***83574** / ***331532**	3	24/04/2019	***607203** / ***.224.054-**	23/05/2009	A	01/01/2019	0,00	454,77
54	***32532** / ***256134**	3	03/06/2019	***323304** / ***.668.694-**	11/10/2007	B	13/02/2020	28,00	446,63
55	***22052** / ***267104**	3	24/01/2019	***267104** / ***.011.884-**	21/02/2008	B	01/07/2014	0,00	433,33
56	***13930** / ***186923**	2	29/09/2017	***186923** / ***.419.964-**	16/08/2012	G	01/03/2018	0,00	422,23
57	***59407** / ***433887**	2	28/02/2019	***433887** / ***.789.164-**	20/03/2012	B	13/02/2020	0,00	408,76
58	***02576** / ***924603**	2	04/01/2019	***924603** / ***.511.394-**	22/05/2014	B	13/02/2020	0,00	405,89
59	***31762** / ***668091**	4	06/05/2019	***668091** / ***.829.184-**	07/11/2018	B	13/02/2020	20,00	404,13
				***001676** / ***.942.844-**	07/11/2018	B	18/02/2020		
60	***65045** / ***371807**	2	18/12/2019	***371807** / ***.261.514-**	01/11/2018	B	13/02/2020	0,00	403,37
61	***34115** / ***702352**	2	08/01/2019	***702352** / ***.671.374-**	08/01/2019	B	13/02/2020	0,00	397,55
62	***18837** / ***069113**	2	24/04/2019	***069113** / ***.926.114-**	11/10/2011	B	13/02/2020	0,00	396,64
63	***48602** / ***499266**	2	22/04/2019	***499266** / ***.594.634-**	10/03/2016	B	13/02/2020	41,00	396,64
64	***05970** / ***775426**	3	03/09/2018	***775426** / ***.454.834-**	15/03/2018	B	01/03/2017	0,00	395,58
65	***32182** / ***329929**	3	23/04/2019	***329929** / ***.753.437-**	15/08/2014	A	30/06/2017	0,00	394,72
				***830400** / ***.489.214-**	15/08/2014	A	30/06/2017		
66	***04840** / ***924806**	2	28/03/2017	***924806** / ***.773.954-**	20/09/2013	B	18/02/2019	0,00	383,85
67	***60775** / ***730389**	4	02/09/2019	***730389** / ***.584.174-**	06/11/2007	A	01/02/2013	0,00	359,75
68	***3954** / ***564382**	3	22/04/2019	***564382** / ***.252.614-**	09/09/2016	B	01/05/2018	0,00	358,31

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
69	***17931** / ***920938**	3	23/10/2018	***920938** / ***.377.224-**	23/12/2015	B	01/05/2018	0,00	353,18
70	***03211** / ***874524**	3	22/12/2016	***874524** / ***.772.154-**	17/06/2009	B	01/05/2017	0,00	352,85
71	***94912** / ***175055**	3	04/02/2019	***077855** / ***.747.194-**	04/02/2019	D	01/04/2019	0,00	347,91
72	***03392** / ***924856**	3	26/04/2019	***924856** / ***.463.584-**	12/09/2012	B	01/05/2017	0,00	332,67
73	***56801** / ***529103**	4	11/03/2019	***233512** / ***.247.794-**	08/05/2010	B	01/03/2019	41,00	326,27
74	***21018** / ***852184**	3	09/04/2019	***852184** / ***.033.964-**	21/02/2014	B	13/02/2020	0,00	324,67
75	***45348** / ***695832**	3	26/03/2019	***695832** / ***.794.903-**	27/10/2009	B	01/02/2017	0,00	317,68
76	***41647** / ***414968**	3	01/03/2019	***774646** / ***.067.324-**	23/08/2008	A	01/01/2019	0,00	307,08
77	***15460** / ***239192**	3	25/01/2019	***239192** / ***.420.354-**	12/06/2008	B	13/02/2020	0,00	285,34
78	***35694** / ***712483**	3	11/09/2019	***058579** / ***.099.174-**	25/04/2014	B	13/02/2020	0,00	272,51
79	***24812** / ***894670**	3	01/03/2019	***894670** / ***.550.024-**	23/08/2010	B	13/02/2020	0,00	270,60
80	***93278** / ***389746**	4	02/05/2019	***389746** / ***.343.494-**	01/02/2016	H	01/10/2017	0,00	268,25
81	***91933** / ***801811**	3	17/05/2019	***801811** / ***.297.064-**	10/07/2009	B	13/02/2020	83,00	267,34
82	***03086** / ***256148**	3	25/02/2019	***256148** / ***.173.964-**	27/08/2009	B	13/02/2020	0,00	264,43
83	***00968** / ***484764**	3	28/01/2019	***484764** / ***.592.444-**	11/06/2009	B	18/02/2019	0,00	264,43
84	***11531** / ***235061**	3	21/02/2019	***235061** / ***.309.004-**	19/06/2018	B	13/02/2020	0,00	264,43
85	***8897** / ***417180**	4	14/09/2018	***417180** / ***.142.728-**	18/08/2010	B	10/08/2015	0,00	262,30
86	***2616** / ***488753**	4	10/09/2019	***499260** / ***.677.154-**	11/08/2010	F	14/11/2016	0,00	261,62
87	***83565** / ***069103**	4	11/09/2019	***069103** / ***.620.394-**	27/07/2009	B	01/11/2017	0,00	249,50
88	***2964** / ***234731**	3	30/01/2019	***234731** / ***.878.454-**	08/10/2009	E	02/01/2020	0,00	245,99
89	***19136** / ***069084**	4	11/09/2019	***002169** / ***.963.254-**	29/04/2009	B	01/10/2017	0,00	230,31
90	***38569** / ***132634**	4	11/06/2019	***132634** / ***.852.204-**	08/01/2019	B	13/02/2020	41,00	210,90
91	***35557** / ***058505**	4	10/05/2019	***058505** / ***.276.144-**	30/06/2015	B	13/02/2020	0,00	204,84
92	***9057** / ***452451**	4	26/06/2018	***452451** / ***.245.054-**	12/08/2010	B	13/02/2020	99,00	201,30
93	***60748** / ***416798**	4	09/11/2018	***416798** / ***.363.964-**	02/09/2009	B	13/02/2020	39,00	198,78
94	***0353** / ***069001**	7	13/06/2017	***069001** / ***.242.894-**	21/01/2010	B	16/08/2016	55,00	196,91

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
Grupo 3 – 96 Famílias com a RFMPC desatualizada (Famílias não abarcadas nos dois grupos anteriores, mas com a RFMPC desatualizada no CadÚnico) (Pagamento regular do benefício – Falha Cadastral)									
95	***63573** / ***069113**	2	15/10/2019	***069113** / ***.169.164-**	29/04/2009	B	13/02/2020	0,00	464,77
96	***4604** / ***434911**	2	10/10/2018	***301491** / ***.876.714-**	10/10/2018	B	01/10/2018	0,00	460,62
97	***41648** / ***584755**	2	25/07/2019	***584755** / ***.474.474-**	01/06/2009	B	01/10/2018	0,00	460,62
98	***57005** / ***572840**	2	13/10/2017	***572840** / ***.257.534-**	08/05/2010	B	01/02/2019	0,00	422,23
99	***0298** / ***560124**	2	14/05/2019	***560124** / ***.237.934-**	15/10/2009	G	01/06/2019	0,00	420,11
100	***1761** / ***736248**	3	09/08/2017	***991317** / ***.639.314-**	06/05/2010	B	13/02/2020	0,00	415,27
101	***21032** / ***220754**	2	15/08/2018	***220754** / ***.412.494-**	08/03/2016	B	13/02/2020	0,00	396,64
102	***40400** / ***457375**	2	23/03/2018	***457375** / ***.110.424-**	20/03/2009	B	20/03/2019	0,00	359,08
103	***2290** / ***737680**	2	06/02/2019	***737680** / ***.512.084-**	23/05/2009	B	13/02/2020	0,00	358,26
104	***27830** / ***225017**	3	22/08/2019	***225017** / ***.350.694-**	21/08/2018	B	01/09/2018	0,00	352,19
105	***59077** / ***111867**	2	01/03/2019	***111867** / ***.566.544-**	29/05/2018	B	26/03/2019	0,00	350,53
106	***41667** / ***415438**	3	28/06/2019	***415045** / ***.629.024-**	13/09/2011	C	01/10/2018	0,00	346,15
107	***91618** / ***989790**	1	29/04/2019	***989790** / ***.935.074-**	04/06/2013	B	01/01/2020	0,00	345,46
108	***59987** / ***865371**	2	28/03/2018	***865371** / ***.967.464-**	06/05/2010	C	01/05/2019	0,00	336,54
109	***3981** / ***987846**	2	24/10/2017	***987846** / ***.077.454-**	20/03/2009	B	17/04/2019	0,00	335,82
110	***09322** / ***124088**	3	08/02/2019	***124088** / ***.552.294-**	03/04/2013	B	13/02/2020	0,00	335,59
111	***82517** / ***894583**	3	03/06/2019	***894583** / ***.353.094-**	09/02/2010	B	10/09/2018	0,00	332,67
112	***89941** / ***735225**	2	17/04/2017	***735225** / ***.743.164-**	17/04/2017	B	12/02/2020	0,00	332,07
113	***06537** / ***074023**	2	19/03/2019	***074023** / ***.071.904-**	11/04/2011	A	01/07/2019	0,00	322,62
114	***91957** / ***185826**	3	11/01/2018	***185826** / ***.079.134-**	19/10/2012	B	01/04/2019	0,00	317,26
115	***46974** / ***045994**	2	20/09/2019	***045994** / ***.142.044-**	01/03/2012	B	13/02/2020	0,00	312,89
116	***30039** / ***207894**	3	31/07/2018	***207894** / ***.674.934-**	04/02/2014	B	01/04/2019	0,00	312,36
117	***36701** / ***625767**	3	24/03/2017	***625767** / ***.895.564-**	20/03/2009	B	01/05/2019	0,00	304,64
118	***81628** / ***214394**	3	11/10/2018	***214394** / ***.820.894-**	29/10/2012	B	15/02/2019	0,00	300,32
119	***04383** / ***473231**	6	09/04/2019	***992290** / ***.223.774-**	11/06/2014	A	14/09/2018	0,00	286,53

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
120	***12051** / ***584767**	5	31/07/2019	***075752** / ***.156.304-**	04/04/2009	B	13/02/2020	0,00	284,81
121	***71064** / ***924847**	2	02/05/2017	***924847** / ***.469.357-**	30/07/2013	B	01/10/2019	0,00	284,15
122	***4821** / ***416725**	3	12/09/2018	***414971** / ***.424.004-**	01/10/2009	B	13/02/2020	0,00	281,49
123	***11115** / ***078520**	3	01/11/2019	***091141** / ***.156.414-**	19/08/2006	G	01/02/2019	0,00	281,49
124	***91043** / ***746604**	3	06/01/2020	***746604** / ***.759.564-**	24/09/2015	B	13/02/2020	0,00	272,06
125	***69719** / ***818800**	3	07/05/2018	***818800** / ***.615.954-**	23/12/2009	B	01/03/2019	0,00	263,98
126	***61589** / ***333036**	1	12/06/2017	***333036** / ***.099.554-**	15/04/2015	M	01/11/2019	0,00	261,54
127	***80573** / ***036406**	4	11/03/2019	***036406** / ***.644.554-**	11/06/2009	B	13/02/2020	0,00	257,46
128	***30084** / ***735514**	4	14/06/2019	***735514** / ***.507.064-**	07/11/2018	B	01/01/2019	0,00	257,07
129	***4050** / ***482586**	3	20/03/2019	***914533** / ***.422.064-**	26/03/2009	B	01/03/2019	0,00	255,90
130	***22054** / ***415051**	3	18/06/2018	***720759** / ***.714.194-**	11/08/2010	B	01/03/2019	0,00	255,90
131	***08222** / ***280128**	4	10/10/2019	***280128** / ***.482.444-**	29/08/2008	B	01/01/2019	41,00	255,81
132	***3837** / ***308712**	6	23/05/2018	***141223** / ***.695.124-**	23/09/2009	B	09/07/2018	0,00	255,09
				***070947** / ***.695.084-**	22/11/2011	B	09/07/2018		
133	***72248** / ***457096**	1	22/01/2018	***457096** / ***.993.474-**	15/07/2009	C	01/10/2019	0,00	250,00
134	***41031** / ***737681**	1	12/07/2017	***737681** / ***.812.284-**	29/07/2014	C	01/10/2019	0,00	250,00
135	***01099** / ***058691**	3	11/06/2018	***058691** / ***.111.884-**	16/03/2016	B	13/02/2020	0,00	249,88
136	***38618** / ***693845**	3	12/12/2018	***693108** / ***.978.684-**	29/04/2009	B	13/02/2020	0,00	249,85
137	***35837** / ***128495**	3	13/03/2017	***128495** / ***.938.434-**	23/05/2009	B	01/04/2019	0,00	249,50
138	***0400** / ***605254**	3	15/10/2018	***605254** / ***.022.144-**	08/10/2009	B	13/02/2020	0,00	245,99
139	***47005** / ***833494**	3	19/06/2017	***776158** / ***.247.824-**	30/03/2010	B	18/02/2020	0,00	244,34
140	***00755** / ***079905**	3	21/11/2019	***079905** / ***.025.394-**	12/11/2012	B	13/02/2020	0,00	243,52
141	***39499** / ***329928**	3	04/12/2018	***329928** / ***.273.474-**	29/04/2009	B	01/04/2019	0,00	240,56
142	***81633** / ***607146**	3	16/04/2018	***607146** / ***.252.374-**	06/09/2017	B	13/02/2020	0,00	240,44
143	***95327** / ***986830**	4	21/08/2019	***069016** / ***.386.574-**	13/09/2018	B	01/09/2018	0,00	240,31
144	***56514** / ***069063**	4	22/08/2019	***260074** / ***.733.594-**	27/04/2010	B	11/12/2018	20,00	237,45

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
145	***30828** / ***332033**	4	13/02/2019	***332033** / ***.598.214-**	18/09/2017	B	13/02/2020	0,00	232,87
146	***5704** / ***223214**	4	02/05/2019	***202681** / ***.944.624-**	04/04/2009	B	01/01/2019	0,00	230,31
147	***79586** / ***775534**	4	23/04/2019	***775534** / ***.083.344-**	06/08/2010	B	01/08/2018	0,00	230,31
148	***16526** / ***732858**	3	21/12/2017	***323353** / ***.606.554-**	21/12/2017	B	01/05/2019	0,00	228,51
149	***38926** / ***924613**	1	28/06/2018	***924613** / ***.321.624-**	28/06/2018	N	01/11/2019	0,00	225,19
150	***2936** / ***267920**	4	23/08/2018	***267920** / ***.828.194-**	23/09/2009	B	03/02/2020	60,00	224,21
151	***01035** / ***181976**	4	12/12/2018	***181976** / ***.263.634-**	21/08/2009	B	13/02/2020	0,00	210,04
152	***84250** / ***217774**	3	27/11/2018	***217774** / ***.504.064-**	21/02/2018	B	26/06/2019	0,00	209,20
153	***82101** / ***043101**	4	14/09/2018	***043101** / ***.404.584-**	20/06/2006	B	13/02/2020	0,00	204,84
154	***3183** / ***213711**	3	03/07/2019	***213711** / ***.543.034-**	29/04/2009	B	13/02/2020	0,00	204,72
155	***0383** / ***416394**	4	16/08/2018	***415042** / ***.035.224-**	01/04/2009	B	13/02/2020	79,00	198,78
156	***55826** / ***912462**	4	01/04/2019	***912462** / ***.448.354-**	23/05/2009	B	13/02/2020	0,00	198,78
157	***2952** / ***246798**	4	01/03/2019	***246798** / ***.731.234-**	06/08/2010	B	13/02/2020	0,00	198,32
158	***64807** / ***573695**	1	20/12/2017	***573695** / ***.939.424-**	20/12/2017	A	15/10/2019	0,00	194,48
159	***09616** / ***924903**	4	28/09/2018	***924903** / ***.635.814-**	29/01/2010	B	12/03/2019	0,00	191,57
160	***20510** / ***218813**	3	28/11/2018	***218813** / ***.728.294-**	12/01/2017	B	18/06/2019	0,00	182,58
161	***32542** / ***676263**	3	21/05/2018	***676263** / ***.491.264-**	19/03/2009	G	01/06/2019	0,00	179,13
162	***15458** / ***572536**	6	27/09/2019	***675164** / ***.298.884-**	27/09/2019	B	01/08/2014	0,00	176,69
163	***80935** / ***488724**	2	22/03/2018	***488724** / ***.918.024-**	14/04/2009	B	18/02/2020	0,00	172,73
164	***87254** / ***189552**	4	25/01/2019	***488441** / ***.384.864-**	25/01/2019	B	01/06/2019	0,00	167,26
165	***00009** / ***473161**	5	12/07/2019	***473160** / ***.945.004-**	19/05/2009	B	13/02/2020	0,00	166,70
166	***41658** / ***473189**	3	18/03/2019	***473189** / ***.609.184-**	05/12/2009	B	01/01/2020	0,00	166,33
167	***27651** / ***707693**	4	16/12/2019	***956142** / ***.581.374-**	24/11/2014	B	01/07/2019	0,00	166,03
168	***9066** / ***167365**	5	24/04/2019	***167365** / ***.102.484-**	04/05/2009	B	13/02/2020	0,00	163,51
169	***03740** / ***473160**	5	27/09/2019	***473160** / ***.323.394-**	23/05/2009	B	13/02/2020	0,00	162,16
170	***16601** / ***714852**	5	07/03/2019	***714852** / ***.704.617-**	23/03/2009	B	13/02/2020	0,00	161,73

SEQ	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEMB FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
171	***45347** / ***058537**	5	27/09/2018	***058537** / ***.551.654-**	06/06/2009	B	01/03/2019	0,00	160,92
172	***53233** / ***924895**	5	04/12/2019	***924895** / ***.516.854-**	20/12/2018	B	13/02/2020	0,00	158,66
173	***85698** / ***368524**	2	24/03/2017	***368524** / ***.474.484-**	12/06/2012	B	13/02/2020	0,00	155,85
174	***2540** / ***984028**	3	07/02/2019	***894943** / ***.408.384-**	16/10/2008	N	01/03/2020	0,00	153,54
175	***57349** / ***924799**	2	02/10/2017	***924799** / ***.631.844-**	09/06/2017	B	01/06/2019	0,00	153,54
176	***90549** / ***924655**	5	28/02/2019	***924655** / ***.982.094-**	22/05/2010	B	13/02/2020	0,00	152,27
177	***69731** / ***082267**	4	29/05/2019	***089884** / ***.007.534-**	08/07/2016	B	10/06/2019	0,00	145,37
178	***57885** / ***230024**	4	20/02/2019	***230024** / ***.649.874-**	09/01/2019	B	04/06/2019	0,00	137,54
179	***2970** / ***735919**	5	12/06/2018	***429935** / ***.645.404-**	14/04/2009	B	02/04/2019	0,00	137,16
180	***5760** / ***202466**	4	12/09/2017	***202466** / ***.659.998-**	28/09/2009	B	13/02/2020	0,00	134,35
181	***69797** / ***055367**	3	07/05/2019	***055367** / ***.128.644-**	11/05/2010	A	10/04/2004	0,00	133,12
182	***06342** / ***499272**	6	30/04/2019	***115626** / ***.642.934-**	25/03/2009	B	13/02/2020	0,00	132,52
183	***59426** / ***058610**	2	04/10/2019	***058610** / ***.090.304-**	22/05/2018	O	01/10/2019	41,00	124,75
184	***20925** / ***924852**	2	11/12/2018	***924852** / ***.189.154-**	20/12/2016	B	01/11/2019	0,00	118,27
185	***6864** / ***373358**	6	05/11/2018	***373358** / ***.615.287-**	26/06/2008	I	01/10/2019	0,00	111,41
				***090517** / ***.159.324-**	26/06/2008	J	02/03/2020		
186	***8874** / ***735968**	7	08/01/2019	***488067** / ***.230.024-**	08/01/2019	B	14/03/2019	0,00	104,72
187	***9040** / ***189144**	4	29/08/2018	***189144** / ***.491.664-**	05/09/2009	B	01/08/2019	0,00	104,28
188	***95582** / ***711805**	3	27/08/2019	***711805** / ***.572.224-**	11/02/2014	B	01/02/2020	0,00	102,46
189	***00094** / ***012881**	4	13/08/2019	***012881** / ***.815.474-**	18/03/2009	A	02/08/2019	0,00	95,96
190	***2730** / ***234695**	10	03/09/2019	***089312** / ***.105.344-**	08/04/2009	B	01/12/2015	0,00	92,12

Legenda:

COD CAD FAM: Código de Cadastro Familiar no CadÚnico

NIS: Número de Identificação Social

RF: Responsável pela unidade Familiar ou titular pelo recebimento do benefício

DATA ULT ATU FAM: Data da última atualização da família no Cadastro Único

QTDE TOT MEMB FAM: Quantidade total de membros ativos da família no CadÚnico

DATA CAD MEMB SERV: Data de cadastramento do membro familiar servidor público

VINC PUB MEMB SERV: Vínculo público do membro servidor

SEQ.	COD CAD FAM / NIS RF	QTDE TOT MEM B FAM	DATA ULT ATU FAM	NIS / CPF MEMB SERV	DATA CAD MEMB SERV	VINC PUB MEMB SERV ¹	DATA ADM MEMB SERV	RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA (RFMPC) (R\$)	
								CAD ÚNICO	APURADA PELA CGU ²
<p>DATA ADM MEMB SERV: Data de admissão do membro servidor</p> <p>A: Governo do Estado da Paraíba, incluindo os servidores ativos e inativos dos três Poderes e da Administração Pública Indireta</p> <p>B: Prefeitura Municipal de Sapé</p> <p>C: Câmara Municipal de Sapé</p> <p>D: Prefeitura Municipal de Sobrado</p> <p>E: Prefeitura Municipal de Pilar</p> <p>F: Prefeitura Municipal de Mari</p> <p>G: Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo</p> <p>H: Prefeitura Municipal de Caldas Brandão</p> <p>I: Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu</p> <p>J: Câmara Municipal de São Miguel de Taipu</p> <p>K: Prefeitura Municipal de Alhandra</p> <p>L: Prefeitura Municipal de Mamanguape</p> <p>M: Prefeitura Municipal de Capim</p> <p>N: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço</p> <p>O: Câmara Municipal de Riachão do Poço</p> <p>P: Prefeitura Municipal de João Pessoa</p>									
<p>¹Relativamente aos vínculos empregatícios existentes no mês de março de 2020, junto aos órgãos públicos dos municípios paraibanos (Prefeituras e Câmaras Municipais) e do Governo do Estado da Paraíba, identificados após cruzamento de dados pelo número do CPF, para todos os membros familiares na situação de “cadastrado” no CadÚnico de janeiro de 2020, declarados pelas famílias beneficiárias do PBF de Sapé-PB.</p> <p>²RFMPC apurada pela CGU, conforme metodologia de cálculo detalhada no Quadro 2 do Anexo deste Relatório.</p>									

Fonte: Cadastro Único de janeiro de 2020; Folha de Pagamento do PBF de fevereiro de 2020; e Folhas de Pagamento de Pessoal de janeiro de 2018 a março de 2020, extraídas do Sages/TCE/PB.

Tabela 3 – Montante dos pagamentos indevidos dos benefícios do PBF, referente ao período apurado de janeiro a maio de 2020, realizados às famílias compostas por servidores públicos e que estariam com a renda familiar mensal per capita superior à permitida para o Programa

SEQ.	QUADRO	COD CAD FAM	NIS RF	VLR TOTAL PBF (Jan a Mai de 2020) ¹ (R\$)
1	Servidores Públicos – 40 Famílias com a RFMPC acima de ½ SM (Famílias com a RFMPC superior à permitida para o PBF) (Grupo 1 do Quadro 3)	***47528**	***069122**	358,00
2		***74829**	***839834**	182,00
3		***36710**	***395054**	182,00
4		***02495**	***351798**	900,00
5		***30916**	***003188**	364,00
6		***64679**	***926891**	364,00
7		***43405**	***280202**	895,00
8		***16504**	***924782**	182,00
9		***90146**	***481347**	720,00
10		***69852**	***774965**	364,00
11		***48683**	***425234**	455,00

SEQ.	QUADRO	COD CAD FAM	NIS RF	VLR TOTAL PBF (Jan a Mai de 2020) ¹ (R\$)
12		***91272**	***166004**	182,00
13		***94750**	***987148**	364,00
14		***63576**	***677874**	716,00
15		***98813**	***489691**	182,00
16		***66840**	***323324**	182,00
17		***3416**	***737316**	451,00
18		***70083**	***058645**	900,00
19		***3084**	***488738**	182,00
20		***00017**	***805984**	182,00
21		***04306**	***234915**	362,00
22		***25403**	***491633**	364,00
23		***96675**	***276961**	182,00
24		***69262**	***358401**	182,00
25		***96915**	***784740**	364,00
26		***3789**	***963514**	538,00
27		***58357**	***693939**	182,00
28		***32717**	***344590**	260,00
29		***80560**	***874496**	364,00
30		***96192**	***239428**	364,00
31		***25769**	***241529**	650,00
32		***27934**	***941226**	900,00
33		***4971**	***637219**	360,00
34		***4199**	***161624**	364,00
35		***38038**	***584520**	364,00
36		***60323**	***255693**	716,00
37		***42121**	***901094**	720,00
38		***72862**	***584030**	1.076,00
39		***03268**	***803431**	360,00
40		***23931**	***992629**	720,00
Subtotal 1 (ST1)				17.699,00
41	Servidores Públicos – 54 famílias com a RFMPC variando até ½ SM por mais de dois anos consecutivos (Famílias que não atenderam à Regra de Permanência do PBF nos exercícios de 2018 e 2019) (Grupo 2 do Quadro 3)	***74043**	***323343**	716,00
42		***35791**	***368585**	720,00
43		***44801**	***894644**	720,00
44		***47238**	***243818**	182,00
45		***01039**	***200461**	1.432,00
46		***07827**	***129359**	720,00
47		***27941**	***448162**	1.345,00
48		***25617**	***992163**	716,00
49		***63628**	***774847**	716,00
50		***53029**	***473160**	540,00
51		***67698**	***677864**	716,00
52		***05407**	***805794**	1.428,00

SEQ.	QUADRO	COD CAD FAM	NIS RF	VLR TOTAL PBF (Jan a Mai de 2020) ¹ (R\$)
53		***83574**	***331532**	538,00
54		***32532**	***256134**	736,00
55		***22052**	***267104**	1.076,00
56		***13930**	***186923**	720,00
57		***59407**	***433887**	720,00
58		***02576**	***924603**	720,00
59		***31762**	***668091**	1.108,00
60		***65045**	***371807**	581,00
61		***34115**	***702352**	716,00
62		***18837**	***069113**	900,00
63		***48602**	***499266**	650,00
64		***05970**	***775426**	1.072,00
65		***32182**	***329929**	1.072,00
66		***04840**	***924806**	716,00
67		***60775**	***730389**	1.432,00
68		***3954**	***564382**	1.076,00
69		***17931**	***920938**	1.076,00
70		***03211**	***874524**	1.076,00
71		***94912**	***175055**	1.072,00
72		***03392**	***924856**	1.072,00
73		***56801**	***529103**	772,00
74		***21018**	***852184**	1.345,00
75		***45348**	***695832**	1.076,00
76		***41647**	***414968**	1.072,00
77		***15460**	***239192**	1.076,00
78		***35694**	***712483**	1.072,00
79		***24812**	***894670**	536,00
80		***93278**	***389746**	1.428,00
81		***91933**	***801811**	880,00
82		***03086**	***256148**	536,00
83		***00968**	***484764**	1.072,00
84		***11531**	***235061**	1.072,00
85		***8897**	***417180**	1.428,00
86		***2616**	***488753**	1.428,00
87		***83565**	***069103**	1.785,00
88		***2964**	***234731**	1.076,00
89		***19136**	***069084**	1.432,00
90		***38569**	***132634**	869,00
91		***35557**	***058505**	1.785,00
92		***9057**	***452451**	328,00
93		***60748**	***416798**	804,00
94		***0353**	***069001**	956,00

SEQ.	QUADRO	COD CAD FAM	NIS RF	VLR TOTAL PBF (Jan a Mai de 2020) ¹ (R\$)
Subtotal 2 (ST2)				51.908,00
Montante recebido indevidamente do PBF no período de janeiro a maio de 2020 (R\$) = ST1+ST2				69.607,00

¹Total do pagamento indevido apurado pela CGU, referente ao somatório dos valores dos benefícios liberados do PBF e recebidos pela família, durante o período de janeiro a maio de 2020, exceto quando a data de ingresso, no CadÚnico, do membro servidor público tenha sido posterior a janeiro de 2020, caso em que o prejuízo foi computado a partir da data de ingresso do membro até maio de 2020.

Fonte: Benefícios liberados nas Folhas de Pagamento do PBF, referentes ao período de janeiro a maio de 2020.

IV – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Por intermédio do Ofício nº 1793/2021/NAC2-PB/PARAÍBA/CGU, de 05.02.2021, a Gestão municipal foi informada sobre os fatos contidos no presente Relatório, tendo sido concedido o prazo de dez dias corridos para apresentação da manifestação. Contudo, até a presente data, 5.3.2021, não foram apresentadas informações, esclarecimentos ou documentos pela Prefeitura acerca dos achados deste Relatório.

Diante da ausência de manifestação da Unidade Examinada após a apresentação dos fatos, as análises do Controle Interno sobre as constatações constam registradas no corpo dos achados deste Relatório.